

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Beatriz Ferreira Xavier¹; Cesar Henrique Rodrigues Reis²
Hellen Pollyanna Mantelo Cecílio³; Juliano Yasuo Oda⁴
Alex Martins Machado⁵

Destaques: (1) Em 85,7% dos cursos não é abordada a temática da saúde LGBTQIA+ de forma completa. (2) A maioria das instituições que aborda a temática de forma obrigatória está no Nordeste. (3) Existem muitas lacunas, reconhecer as necessidades permite reestruturar o cuidado.

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Contexto & Saúde. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O artigo ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

<http://dx.doi.org/10.21527/2176-7114.2024.48.14555>

Como citar:

Xavier BF, Reis CHR, Cecílio HPM, Oda JY, Machado AM. Saúde da população LGBTQIA+ na formação de enfermeiros em instituições públicas brasileiras. Rev. Contexto & Saúde, 2024;24(48): e14555

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Três Lagoas/MS, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0003-5138-6222>

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Três Lagoas/MS, Brasil.

<https://orcid.org/0009-0007-4414-3862>

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Três Lagoas/MS, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6597-432X>

⁴ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Três Lagoas/MS, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0003-2233-8291>

⁵ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Três Lagoas/MS, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6118-2042>

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

RESUMO

A população LGBTQIA+ possui uma demanda na área da sexualidade que não tem sido abordada na formação dos profissionais de enfermagem. Deste modo, objetivou-se analisar o ensino oferecido aos estudantes dos cursos de enfermagem de instituições públicas brasileiras para o acolhimento à população LGBTQIA+. Realizou-se uma pesquisa documental, utilizando os dados dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de enfermagem de diversas instituições públicas brasileiras, disponíveis online, com intuito de verificar a existência de disciplinas obrigatórias que abordam o tema. A coleta de dados aconteceu de agosto a outubro de 2022 e foram selecionados e analisados 63 PPCs disponíveis onde constatou-se que apenas 9 (14,28%) cursos possuem a temática abordada de forma clara em disciplinas obrigatórias. Aprender sobre o cuidado à população LGBTQIA+, propicia um melhor acolhimento já que, em muitos casos ainda acontece a rejeição familiar, além do preconceito e da censura social que advém da sociedade. É importante ressaltar que dentre os achados positivos ainda existem fragilidades, como disciplinas que são totalmente teóricas e com isso ainda não preparam adequadamente o profissional para a assistência. As condições para a humanização no atendimento a todos os públicos ainda são fragmentadas e os tabus precisam ser superados e tratados com sua devida importância para uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: Sexualidade; Enfermagem; Educação Superior; Currículo; Pessoas LGBTQIA+

INTRODUÇÃO

Grupo minoritário é definido como grupos distintos pertencentes a população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou linguísticas estáveis, que diferem fortemente daquelas do restante da população; em geral apresentam-se numericamente inferiores em relação à população geral e não ocupam posição de dominância.¹ Já o grupo vulnerável é definido por meio da chance de exposição ao adoecimento, formada por um conjunto de aspectos não somente individuais, mas englobando seu contexto coletivo que resulta em maior suscetibilidade para as patologias.² A população LGBTQIA+, negra, mulheres e pessoas com deficiência são exemplos comuns de grupos minoritários e populações vulneráveis, uma vez que têm necessidades específicas em saúde, de acordo com suas características individuais.

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Assim como outras populações vulneráveis, as demandas da população LGBTQIA+ são variadas, e por isso é necessário pensar na especificidade de cada letra da sigla. Dessa forma, se torna imprescindível a aplicação do processo de cuidado integral, já que cada pessoa necessita ser avaliada em todas as dimensões, inclusive a da sexualidade pois esta é, intrinsecamente, relacionada à vida de qualquer pessoa.

A enfermagem é vista como uma ciência humanística e tem como objetivo principal desenvolver cuidados relacionados à prevenção, promoção, cura e reabilitação de indivíduos e coletividades.³ Para isso, é importante que os profissionais sejam capacitados para abranger o ser humano em sua totalidade, ou seja, abordando todas as suas dimensões biopsicossociais.⁴ Neste sentido, a sexualidade não pode ser pouco entendida por esta categoria profissional, já que está intrinsecamente relacionada à vida de qualquer pessoa.⁵

Além disso, entende-se a sexualidade como uma construção social que constitui a experiência humana, e, na sociedade atual é um elemento-chave para a formação das subjetividades. Em vista disso, devido à importância dos processos educacionais na construção das subjetividades, o ensino superior deve estar preparado também para orientar os estudantes a viverem em um mundo plural, onde práticas e desejos sexuais diferentes sejam possíveis e igualmente respeitados, especialmente em cursos de enfermagem.⁶

É importante ressaltar que as necessidades de saúde visam associar não só os aspectos biomédicos presentes em um atendimento, bem como também a integralidade e equidade, assim, as necessidades também são sociais e historicamente construídas e devem ser percebidas na individualidade de cada atendimento⁷.

A Escola de Enfermagem não é um local onde devam ser ensinados apenas conteúdos como anatomia humana, fisiologia humana, histologia, embriologia, bioquímica, mas deve configurar como um espaço de aprendizado sobre ética e cidadania, do mesmo modo que se pode exercitar a convivência e o respeito - e não apenas a tolerância - à diferença.⁶

Tal fato é de extrema importância, haja visto que a Escola de Enfermagem é um espaço de grande relevância para a construção das subjetividades em nossa sociedade. Apesar de haver recomendações pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Base Nacional de Currículo Comum (BNCC), um estudo realizado em 2018 evidenciou que cursos de enfermagem das instituições de ensino superior públicas brasileiras possuem pouca quantidade de disciplinas que abordam gênero e sexualidade de forma específica em sua grade curricular.⁴

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

A visão biomédica de fragmentação do ser humano e com o olhar apenas em patologias, ainda se incorpora nas práticas de enfermagem, especialmente na área da sexualidade e interfere diretamente dificultando a promoção da saúde aos usuários quando se há dificuldade na abordagem do assunto.⁸ Portanto, a menor procura pelos serviços de saúde desse público pode estar associada à discriminação e/ou despreparo dos profissionais em lidar com a diversidade sexual.⁹

Por isso, a falta de compreensão da categoria profissional da enfermagem sobre a sexualidade não heterossexual pode impactar negativamente na qualidade e no atendimento, permitindo a oferta de um cuidado que não englobe atenção culturalmente sensíveis em todos os ciclos da vida.¹⁰

Frente ao exposto, o objetivo deste estudo é analisar o ensino oferecido aos estudantes dos cursos de enfermagem de instituições públicas brasileiras para o acolhimento à população LGBTQIA+ e consequentemente responder a questão norteadora “os cursos de graduação em enfermagem possuem disciplinas obrigatórias que abordem a temática de forma satisfatória?”.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa descritiva, exploratória, com análise documental desenvolvida a partir de dados dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de enfermagem de instituições públicas. Os documentos utilizados são de domínio público, disponibilizados integralmente de forma online de acordo com a Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Portanto, não houve necessidade de submissão deste estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde.

A coleta de dados consistiu, inicialmente, em uma busca realizada entre agosto e outubro de 2022, das informações dos cursos de graduação em enfermagem, ofertados na modalidade presencial por IES públicas cadastradas no sistema eletrônico do ministério da educação E-MEC, implementado em 2007, para (re)credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos das IES no Brasil, utilizando a metodologia adaptada⁴.

Após a identificação dos cursos cadastrados, procedeu-se ao levantamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) disponíveis online, de forma pareada, a fim de conferir rigor metodológico. O acesso aos documentos foi obtido pelos sites das instituições públicas e

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

também solicitados via e-mail para as coordenações de curso. Como critério de inclusão, todos os documentos disponíveis online ou enviados por e-mail foram incluídos na amostra e, como critério de exclusão, os PPCs disponíveis de instituições particulares e/ou privadas não foram elencados.

Após, iniciou-se a etapa de análise dos documentos, também de forma pareada, a fim de conferir rigor metodológico. Nesta etapa, todos os PPCs foram lidos em sua extensão, a fim de identificar as palavras-chave, carga horária total do curso e carga horária das disciplinas que abordam a temática da população LGBTQIA+. As palavras-chaves: LGBT, gay(s), homossexual(is), lésbica(s) e transexual(is), foram buscadas na ementa das disciplinas obrigatórias. Considerou-se na análise, apenas os cursos que tinham temáticas em disciplinas da matriz obrigatória, uma vez que, nos casos das disciplinas optativas, nem todos os profissionais estariam capacitados para atuarem com essa população, apenas os que se interessam pelo tema.

Utilizou-se instrumento de elaboração própria para a coleta de dados contendo dados de caracterização da IES: Unidade de Federação (UF), região e categoria administrativa (estadual ou federal). Para tratamento dos dados de caracterização das instituições e dos cursos de graduação, foram utilizadas frequências absolutas e relativas. No que tange aos conteúdos das ementas, estes foram descritos, analisados, interpretados e discutidos.

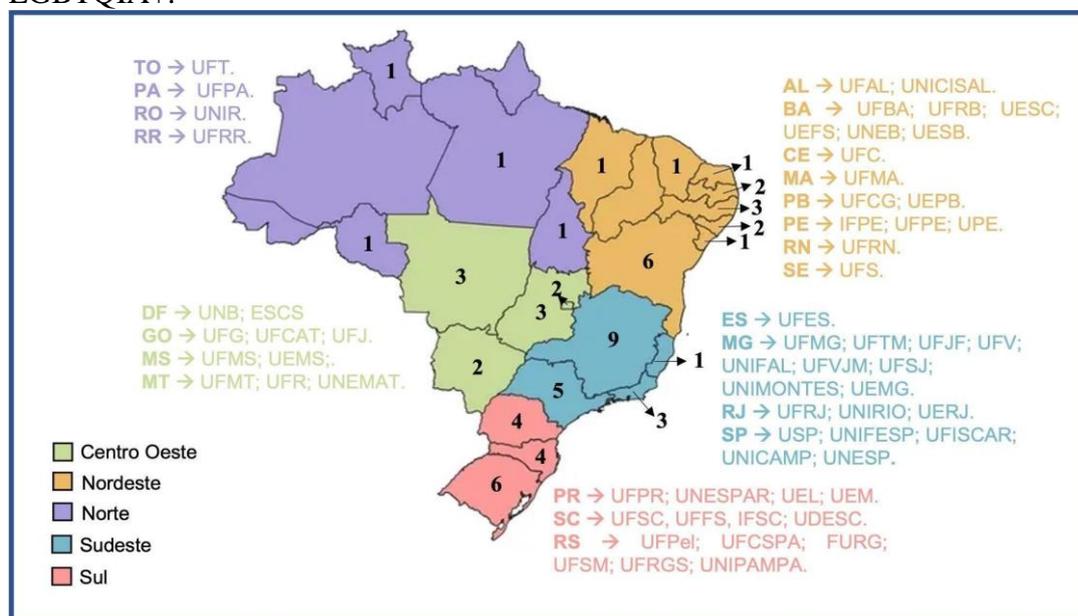
RESULTADOS

Foram analisados 63 PPCs de cursos de graduação em Enfermagem em 63 Instituições de Ensino Superior Federais e Estaduais que estavam disponibilizados de forma pública, de acordo com a Portaria Normativa do MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Observou-se que, dos 63 PPCs avaliados, dez são de instituições localizadas na Região Centro-Oeste (15,9%), dezessete na Região Nordeste (27%), quatro na Região Norte (6,3%), dezoito instituições na Região Sudeste (28,6%) e quatorze na Região Sul (22,2%) (**Figura 1**).

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Figura 1. Instituições Federais e Estaduais avaliadas quanto aos Projetos Pedagógicos Curriculares para existência de disciplinas obrigatórias que abordam a temática de saúde LGBTQIA+.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Identificou-se que nove PPCs (14,3%) foram encontrados por pelo menos um termo das palavras-chave na ementa de disciplinas obrigatórias do curso, conseqüentemente, em 85,7% dos cursos não é abordada a temática da saúde LGBTQIA+ de forma completa e individualizada, porém ressalta-se que pode haver uma abordagem do assunto de forma não específica e indireta em outras disciplinas.

Além disso, é possível observar que o maior número de instituições públicas (4 IES - 6,35%) que abordam a temática de forma obrigatória estão concentradas na região Nordeste. No entanto, ainda assim, é um número pequeno, já que em porcentagens, esse número corresponde apenas a 23,5% das IES desse estado que foram avaliadas (**Quadro 1**).

Outrossim, observou-se que, mesmo nas IES que possuem disciplinas que abordam a temática, esta acontece de forma bastante pontual, sendo explorada em uma disciplina do curso, com diferentes visões ou abordagens. Ainda, dos nove PPCs que possuem disciplinas que abordam a temática, seis incluem o papel do enfermeiro ou cuidado à saúde da população LGBTQIA+ (**Quadro 1**).

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Quadro 1: Perfil das IES públicas com curso de Enfermagem, carga horária total do curso e as disciplinas que abordam a temática com sua respectiva carga horária.

Região	Instituição e CH do curso	Disciplina e CH	Temas abordados
Nordeste	UEPB CH. 4110 h.	Processo de Cuidar em Saúde da Mulher I CH. 120 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Políticas de atenção social para as mulheres. ● Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. ● Política Nacional de Atenção Integral da População LGBT. ● Direitos sexuais e reprodutivos e bases legais de violência contra a mulher. ● Protocolo de atenção à saúde da mulher e o processo de cuidar em enfermagem. ● Ciclos reprodutivos, Climatério e Menopausa. <p>Doenças transmissíveis e não transmissíveis na saúde da mulher.</p>

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

	<p>UNCISAL CH. 4557 h.</p>	<p>Agravos Contemporâneos, Políticas de saúde e atenção às populações específicas CH. 480 h.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Carcinogênese (neoplasias de pênis, próstata, mama, colo de útero) e rastreamento de casos. ● Práticas integrativas e complementares. ● Deficiência e acessibilidade. ● Aspectos relacionados à saúde da população LGBT. ● Aspectos relacionados à saúde da população indígena, negra, quilombola, em situação de rua, privadas de liberdade – sistema prisional. ● Aspectos relacionados à política de atenção à saúde do homem.
	<p>UFS* CH. 4335 h.</p>	<p>Prática de Enfermagem na Comunidade III CH. 60 h.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Atuação do enfermeiro na estratégia de saúde da família em equipes multiprofissionais. ● Políticas públicas e programas voltados à atenção primária à saúde. ● Atuação do enfermeiro nos programas de saúde da criança, adolescente, mulher, população de rua e comunidade LGBTQ+ no contexto dos direitos humanos. ● Sistematização da assistência de enfermagem. Atividade

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

			extensionista envolvendo a comunidade.
UFMA CH. 5085 h	Embriologia CH. 45 h.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento embrionário e organogênese dos principais sistemas funcionais: Sistema esquelético, sistema muscular, cavidades serosas, sistema cardiovascular, sistema respiratório, sistema digestivo, cabeça e pescoço (incluindo formação da hipófise, da glândula tireoide, das glândulas paratireoides, do timo e das células para foliculares), ouvido, olho, pele e anexos, sistema nervoso central (incluindo a formação da glândula pineal), sistema nervoso periférico (incluindo a formação da glândula supra-renal). Sistema urogenital. 	

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

			<ul style="list-style-type: none"> ● Breve história sobre hermafroditismo, pseudo-hermafroditismo, transsexualidade, homossexualidade, eunucoïdismo (incluindo castrati) e travestismo.
Norte	UFT CH. 4125 h.	Saúde das Populações Vulneráveis CH. 45 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação das populações vulneráveis. ● O processo saúde-doença nos diferentes grupos populacionais: População negra, indígena e homossexual. ● Atuação do enfermeiro, com base nos programas e políticas públicas, no que tange as populações vulneráveis.
Sudeste	UFVJM CH. 4005 h.	Sexualidade e Educação em Saúde - CH. 60 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Aspectos gerais da sexualidade humana. ● Identidade, gênero e orientação sexual. ● Políticas públicas e sexualidade. ● População LGBTQIA+ ● Educação em saúde. ● Atenção do profissional da enfermagem dentro da temática.

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

	UFES CH. 4050 h.	Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente CH. 390 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Assistir a criança/adolescente nos diferentes níveis de assistência, considerando sua singularidade, contexto familiar, social, direitos de cidadania, especificidades de saúde das populações afrodescendente, indígena, LGBTQIA+ e trabalho infantil. ● Assistir a mulher nos diferentes níveis, considerando sua singularidade, contexto familiar, social, direitos de cidadania, especificidades de saúde das populações afrodescendente, indígena, LGBTQIA+, residentes, trabalhadoras na área rural, mulheres em situação prisional.
Sul	UFSC CH. 4980 h.	Corpo, gênero e sexualidade CH. 36 h.	<ul style="list-style-type: none"> ● Definição de corpo dos gregos aos tempos pós-modernos e miscigenação no Brasil. ● História da sexualidade, diferença sexual e paradigma de gênero e sexualidade. ● Aspectos multidimensionais da sexualidade humana e construção do paradigma heterossexual, homossexual. ● Noções de aconselhamento sexual na consulta de enfermagem.

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

	<p>IFSC CH. 4280 h.</p>	<p>Saúde Coletiva II CH. 80 h.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos e abordagens do Sistema Único de Saúde. ● Políticas para a Saúde Indígena, prisional, população LGBT e Pessoas com Deficiência. ● Financiamento do SUS. ● A Estratégia Saúde da Família e PAC. ● Aplicações teórico-práticas da enfermagem entre os aspectos assistenciais e sociais, de acordo com a realidade local.
	<p>IFSC CH. 4280 h.</p>	<p>Saúde Coletiva II CH. 80 h.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender os conceitos e abordagens do Sistema Único de Saúde. ● Políticas para a Saúde Indígena, prisional, população LGBT e Pessoas com Deficiência. ● Financiamento do SUS. ● A Estratégia Saúde da Família e PAC. ● Aplicações teórico-práticas da enfermagem entre os aspectos assistenciais e sociais, de acordo com a realidade local.

Legenda: CH: Carga Horária; h: horas. *Somente na unidade de Lagarto. 1. Competências mencionadas dentro da ementa.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

DISCUSSÃO

Segundo o E-MEC, sistema eletrônico do Ministério da Educação, implementado em 2007, para (re)credenciamento, autorização e reconhecimento dos cursos das IES no Brasil, atualmente existem 156 cursos de graduação em enfermagem ofertados de forma gratuita e presencial. Neste estudo, foram analisados PPCs de 63 instituições (40,4%). Dentre as 63 IES analisadas, apenas 14,3% abordam a temática de maneira obrigatória e, ao estender a análise para o total de cursos de enfermagem, a porcentagem diminui para 5,8%. Dessa maneira, a análise evidenciou uma escassez de disciplinas que abordam a temática de saúde LGBTQIA+ de forma específica.

As universidades compõem espaços importantes de formação de sujeitos com perspectiva crítica sobre as relações sociais, capazes de produzir movimentos de transformação na sociedade.¹¹ Assim, ao se considerar os determinantes sociais de saúde, é importante que haja formação de profissionais qualificados para apreender o processo saúde-doença, bem como as necessidades de saúde de distintos segmentos sociais.⁴ O processo de estigmatização relacionado às orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes dos padrões cis e heteronormativos configuram-se como os principais determinantes dos agravos à saúde de pessoas LGBTQIA+.¹²

O profissional de saúde deve ter condições de atender as demandas da população, assim, considerando que nem sempre tais demandas estão atreladas somente ao processo saúde-doença, os graduandos e, futuros profissionais de saúde, precisam ser igualmente qualificados no âmbito do pensamento crítico-reflexivo e desenvolver habilidade de acolher as demandas sociais. Considerando que os profissionais enfermeiros(as) são a maior parte da força de trabalho na área da saúde e atuam em todos os níveis de atenção, são estes profissionais que irão lidar diretamente com as demandas da comunidade.¹³

Destarte, ao considerar as instituições que integram o assunto em seu currículo, a média de duração mínima do curso é de 4.392 horas e a média dessas disciplinas é de 146 horas, isso representa um pouco mais que 3% da carga horária total. Considerando as particularidades de cada instituição, ressalta-se que algumas apresentam disciplinas exclusivamente teóricas. Embora seja relevante o avanço diante às instituições que não abordam a temática, ainda assim, não há um preparo real desse futuro profissional. A formação de futuros enfermeiros exige um ensino de qualidade, o que envolve competências assistenciais, gerenciais, de ensino e pesquisa,

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

fato que, diante da diversidade de patologias e procedimentos técnicos realizados torna-se relevante para que os acadêmicos entendam a enfermagem como ciência aplicada, que transita pela fase empírica para a fase científica, desenvolvendo suas teorias e sistematizando seus conhecimentos.¹⁴

O profissional de enfermagem tem papéis, responsabilidades e competências relacionadas a população LGBTQIA+ e, entre elas, vale ressaltar que os enfermeiros devem oferecer suporte às transições do ciclo de vida, inclusive fases como “saída do armário” e conflitos familiares relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.¹²

Portanto, cabe aos profissionais abordar a diversidade sexual e de gênero em todas as ações de saúde (puericultura, pré-natal, parto, visitas domiciliares, cuidados paliativos entre outros); no atendimento de pessoas inconscientes sem identificação, respeitar a expressão de gênero (roupas, acessórios), independentemente do genital ou traços corporais, para definir o uso de pronomes de tratamento e realizar grupos educativos na comunidade, serviços de saúde e escola, sejam eles específicos para a população LGBTQIA+ ou não, que incluam aspectos da diversidade sexual e de gênero. No entanto, para que esses profissionais sejam capacitados, esses conteúdos devem constar em disciplinas obrigatórias, para que todos os discentes tenham acesso ao conhecimento.¹⁵

Algumas estratégias que podem ser utilizadas na inclusão dessas temáticas no currículo são os estudos de caso, planos de cuidados de enfermagem, discussões, grupos de estudo, pesquisas, aconselhamento acadêmico, cursos de capacitação, estudos independentes e cursos eletivos extracurriculares, parcerias com instituições, serviços de saúde e especialistas, educação interprofissional, workshops, simulação e consultorias.⁴ Nesse aspecto, há dois campos de atuação importantes no âmbito da atenção primária à saúde (APS), a consulta de enfermagem e o desenvolvimento de grupos educativos na unidade básica de saúde (UBS) ou em outros espaços disponíveis no território, como escolas, associações de moradores, igrejas e espaços públicos e coletivos.¹⁵

Destarte, a Política Nacional de Humanização traz a importância do acolhimento que consiste em reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O seu objetivo é construir relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipe e usuário com sua rede socioafetiva, por meio de uma escuta qualificada. Portanto, temos a Política Nacional de Atenção Básica, que é orientada pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da responsabilização, da humanização e da

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

equidade. Ou seja, a atenção primária deve considerar o indivíduo em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral.¹⁶

Por fim, ainda hoje constata-se uma escassez de estudos sobre o comportamento sexual e estratégias de prevenção de IST em mulheres lésbicas, bissexuais e demais identidades sexuais.¹² Diante disso, urge que sejam desenvolvidas pesquisas relativas à saúde LGBTQIA+ para aprimorar a compreensão das necessidades específicas, riscos, comportamentos e vulnerabilidades da sigla. A invisibilidade é tão presente que são raros os estudos sobre a saúde mental, qualidade de vida, indicadores de saúde da população lésbica, acesso à saúde e sexualidade de pessoas LGBTQIA+ com deficiência ou doenças crônicas que não o HIV, bem como sobre o suporte social ou violência de parceria íntima.

A discussão acerca da saúde da população LGBTQIA+, assim como das demais necessidades específicas, constitui a possibilidade de desconstruir e reconstruir conceitos e valores estabelecidos ao longo da vida.¹⁷ A promoção da saúde sexual está inteiramente relacionada à qualidade da formação profissional em toda a amplitude de aspectos que envolvem a sexualidade.¹⁸

Cabe salientar que uma das limitações encontradas, foi a possibilidade de as instituições abordarem a temática em disciplinas, mesmo não estando detalhado na ementa disponível no PPC e, devido a isso, não terem sido incluídos neste estudo. Outra limitação identificada foi a indisponibilidade do PPC online ou mesmo a ausência de resposta ao e-mail enviado à coordenação de curso solicitando o acesso.

CONCLUSÕES

Destaca-se a necessidade de discutir as necessidades de saúde de pessoas LGBTQIA+ em instituições de ensino superior, as quais constituem como um grande diferencial na formação desses profissionais. No entanto, como demonstrado na pesquisa, nos cursos de enfermagem das IES públicas brasileiras, ainda existem muitas lacunas na abordagem dessa temática, como por exemplo, a escassez de disciplinas, o que contribui para a diminuição da qualidade da assistência prestada a essas pessoas.

Reconhecer essas necessidades permite reestruturar o cuidado, tornando-o mais atento e adequado às especificidades, assim como é possível diminuir as iniquidades de acesso atreladas às diversidades sexual e de gênero. Para isso, é necessário pensar em estratégias de aprimoramento das atividades curriculares, para que estas cumpram as Diretrizes Curriculares

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em enfermagem e insiram de forma padronizada as temáticas transversais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional.

Desta forma, o déficit na formação deste futuro profissional pode acarretar consecutivas lacunas no cuidado. A desinformação em como agir, reagir e acolher essa comunidade na prestação do serviço fere diretamente a humanização. Isto posto, se faz essencial que as individualidades do cliente LGBTQIA+ sejam inseridas no cotidiano do cuidado em saúde, seja nas práticas assistenciais ou nas disciplinas teóricas que abordam os ciclos de vida.

REFERÊNCIAS

1. Oliva TD, Künzli WS. Protection of minorities in international law. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. 2018; 113(1): 703-719.
2. Carmo ME, Guizardi FL. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*. 2018; 34(3):e00101417.
3. Figueiroa MN, Menezes MLN, Monteiro EMLM, et al. Nursing students' perception of training on human sexuality. *Revista de Enfermagem Referência*. 2017; 4(15):21-30.
4. Lima ACS, Alves MJH, Pereira EV, et al. Gender and sexuality in the training of nurses in Brazilian public higher education: a documentary study. *Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro – RECOM*. 2021; 11(1): e3877.
5. Garcia ORZ, Lisboa LCS. Consulta de enfermagem em sexualidade: um instrumento para assistência de enfermagem à saúde da mulher, em nível de atenção primária. *Texto & Contexto – Enfermagem*. 2012; 21(3):708-716.
6. Mello L, Freitas F, Pedrosa C, et al. Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*. 2012; 6(7):99-122.
7. Cecílio LCO. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em Saúde. *In: Pinheiro R, Mattos RA. Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. 8. ed. Rio de Janeiro, 2009, p. 117-130.
8. Nogueira IS, Rodrigues DMMR, Labegalini CMG, et al. A. Perception and formation of nursing academics regarding human sexuality. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental*. 2017; 9(3):614-619.
9. Belém JM, Alves MJH, Pereira EV, et al. Atenção à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família. *Revista Baiana De Enfermagem*. 2018; 32(1):e26475.
10. Carabez R, Scott M. 'Nurses don't deal with these issues': nurses' role in advance care planning for lesbian, gay, bisexual and transgender patients. *Journal of Clinical Nursing*. 2016; 25(23-24): 3707-3715.

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

11. Welter T, Grossi MP. É possível ensinar gênero na escola? Análise de experiências de formação em gênero, sexualidade e diversidades em Santa Catarina. *Revista Linhas*. 2018; 19 (39):123-145.
12. Ciasca SV, Hercowitz A, Lopes Junior, A. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Santana de Parnaíba: Editora Manole, 2021, cap. 41, p. 357-364.
13. Silva MCN, Machado MH. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a Enfermagem no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2020; 25(1):7-13.
14. Rodrigues JZ, Rodrigues LS, Schönholzer TE, et al. A importância da aula prática na formação do profissional de enfermagem: um relato de experiência. *Revista Panorâmica On-Line*. 2015; 19(1): 99-110.
15. Santos JS, Silva RN, Ferreira MA. Health of the LGBTI+ Population in Primary Health Care and the Insertion of Nursing. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2019; 23(4):e20190162.
16. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.
17. Sehnem GD, Ressel LB, Junges CF, et al. A sexualidade na formação acadêmica do enfermeiro. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2013; 17(1): 90-96.
18. Rufino AC, Madeiro AP, Girão MJBC. The Teaching of Sexuality in Undergraduate Medical Education: The Perception of Students from Piauí. *Revista Brasileira de Educação Médica - RBEM. Associação Brasileira de Educação Médica*. 2013; 37(2):178-185.

Submetido em: 29/5/2023

Aceito em: 27/11/2023

Publicado em: 27/3/2024

Contribuições dos autores:

Beatriz Ferreira Xavier – Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; e Redação do manuscrito original. **Cesar Henrique Rodrigues Reis** - Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; e Redação do manuscrito original. **Hellen Pollyanna Mantelo Cecílio** - Supervisão; Design da apresentação de dados e Redação – revisão e edição. **Juliano Yasuo Oda** - Conceituação; Supervisão; Visualização e Redação – revisão e edição. **Alex Martins Machado** - Conceituação; Supervisão; Visualização e Redação – revisão e edição.

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: Não há conflito de interesse.

Não possui financiamento

SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA FORMAÇÃO DE ENFERMEIROS
EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Autor correspondente:

Juliano Yasuo Oda

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Av. Cap. Olinto Mancini, 1662 - Jardim Primavera, Três Lagoas/MS, Brasil. CEP 79600-080

E-mail: juliano.yasuo@ufms.br

EDITORES:

Editor associado: Dr. Samuel Spiegelberg Zuge

Editora chefe: Dra. Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

